

Desafios da Formação Teórica em Comunicação Social no Cenário Contemporâneo

Maria Ângela Mattos

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora de Teoria e Pesquisa em Comunicação do Curso de Comunicação Social da PUC Minas (campus Coração Eucarístico – Belo Horizonte - MG), coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação e suas Interfaces (cadastrado no CNPq) e integrante da equipe de supervisores do Laboratório de Projetos Experimentais do mesmo Curso.

Resumo

Tendo como cenário a diversidade e complexidade do pensamento comunicacional contemporâneo, que oscila entre continuidades e rupturas, recuos e avanços em relação aos seus paradigmas fundadores, este artigo discute os desafios da formação teórica em Comunicação Social no ensino de graduação e da identidade de seus acadêmicos.

Palavras-chave: Formação Teórica em Comunicação Social; Ensino de Graduação; Pensamento Comunicacional Contemporâneo

Abstract

Having as a scenery the diversity and complexity of the contemporary communicational thought, that oscillates among continuities and ruptures, retreats and advances in relation to its founding paradigms, this article discusses the challenges of the theoretical formation in Social Communication in the graduation teaching and of the identity of its scholars.

Keywords: *Theoretical Formation in Social Communication; Graduation Teaching; Contemporary Communicational Thought*

INTRODUÇÃO

O pensamento comunicacional contemporâneo reflete o movimento de oscilação entre continuidade e reestruturação, saltos e avanços em relação aos paradigmas, teorias e modelos fundadores, nomeadamente a sociologia empírica norte-americana e a teoria crítica formulada pela Escola de Frankfurt. IANNI (1994) reforça esse ponto de vista ao argumentar que as mudanças históricas nem sempre acarretam rupturas epistemológicas, mas quase sempre vêm acompanhadas por estas. No cenário da sociedade global, por exemplo, muitos dos conceitos e categorias das ciências sociais são postos em causa, tornam-se obsoletos ou passam por reformulações, descortinando novos horizontes de análise.

Sob esse prisma, pode-se afirmar que o campo comunicacional enfrenta atualmente um processo paradoxal de transição já que não é possível assegurar a ruptura definitiva com seus paradigmas clássicos, na medida em que eles atualizam, aprimoram e sofisticam suas perspectivas de análise. Constatase, ao mesmo tempo, que seus pressupostos, conceitos e categorias de análise são por vezes inadequados para interpretar as mutações geradas pela tecnocultura comunicacional globalizada.

47

Para Lyotard (2000) e Vattimo (1989), entre outros estudiosos, a sociedade contemporânea é marcada pela dissolução das grandes narrativas de explicação sobre a condição do homem, sendo os mass media um dos segmentos diretamente responsáveis pela explosão e multiplicação generalizada de visões de mundo. Entre as narrativas atualmente em crise, merecem realce as teorias e os modelos fundadores da comunicação, por não darem conta da processualidade, multidimensionalidade e globalidade dos processos comunicativos contemporâneos.

Nesse contexto, as teorias da comunicação tornam-se cada vez mais numerosas, refinadas e complexas, razão pela qual Miège (1999) considera difícil identificar de modo seguro os movimentos que afetam o seu desenvolvimento, tanto na escala mundial quanto na continental ou local. Como veremos neste artigo, a crise dos grandes modelos de explicação da comunicação acompanha o próprio processo de constituição e desenvolvimento dos seus campos acadêmico e científico, resultando na crescente diversificação e complexificação das abordagens analíticas dos processos e práticas de comunicação nas sociedades contemporâneas.

O artigo¹ estrutura-se em três itens de discussão e considerações finais, que não se prestam a caracterizar os princípios e fundamentos dos paradigmas, teorias e modelos aqui mencionados e sim suas implicações na formação teórica em Comunicação Social e na identidade dos sujeitos do ensino-aprendizado (professores, pesquisadores e alunos de comunicação).

O primeiro item realiza um balanço crítico dos paradigmas, teorias e modelos clássicos constitutivos da formação teórica em Comunicação Social,

tomando como ponto de partida o final da década de 70. Este período é emblemático da “crise das teorias da comunicação” e da busca por outros enfoques teóricos e metodológicos de comunicação.

Traça, no segundo item, um panorama das perspectivas teóricas adotadas no ensino e na investigação em comunicação durante os anos 90, com ênfase nos conteúdos abordados nas disciplinas de Teorias da Comunicação (TCs)². Tal panorama evidencia o aprofundamento da crise dos paradigmas comunicacionais, bem como a proliferação e consolidação de novas abordagens no ensino e na investigação em comunicação, com diferentes denominações, como “pós-modernas”, “contemporâneas”, entre outras.

O último item coloca em pauta o cenário atual, marcado pela emergência de um movimento acadêmico e científico que reivindica a autonomia e a legitimação do campo teórico-epistemológico da comunicação e de seus acadêmicos frente a outros campos de conhecimento ligados às ciências sociais e humanas. Revela também a pulverização de abordagens teóricas adotadas no ensino e na pesquisa em comunicação, com várias ramificações e múltiplos posicionamentos acerca da comunicação na contemporaneidade.

Nas considerações finais, analisa criticamente a repercussão dessa diversidade e complexidade de paradigmas, teorias e modelos no processo de formação do Comunicador Social no ensino de graduação e na identidade dos sujeitos acadêmicos.

DESENVOLVIMENTO

Balanco crítico dos paradigmas, teorias e modelos fundadores do campo comunicacional

A década de 70 do século XX foi marcada por profundas clivagens entre os paradigmas da sociologia empírica norte-americana e da sociologia crítica da Escola de Frankfurt, o primeiro hegemônico no ensino e na investigação em comunicação entre os anos 40 a 70 e o segundo co-existindo com a abordagem funcionalista, sobretudo a partir de 1970. Tais clivagens resultaram na construção de uma identidade teórica dicotômica dos professores, pesquisadores e alunos de comunicação, devido, principalmente, à impossibilidade de diálogo entre essas perspectivas teóricas e à acirrada disputa entre seus representantes pela hegemonia no espaço acadêmico. Para alguns especialistas, o problema mais grave desses paradigmas foi, entretanto, a apropriação de referenciais teórico-metodológicos distanciados das realidades comunicacionais dos países latino-americanos e, em especial, do Brasil.

Enquanto Fadul (1979) questionava no final daquela década o modo como esses referenciais foram apropriados pelas escolas de comunicação da região, e não pela importação de idéias em si, Castillo (s/d) considerava que a

teoria passou a ser reconhecida como necessidade das escolas, gerando estímulos para o desenvolvimento da produção latino-americana. Ao mesmo tempo, esse autor reconhecia que o espaço aberto à custa de sacrifícios foi sub-utilizado posteriormente devido ao ‘teoricismo’ presente no processo de incorporação das correntes de estudo, notadamente em três abordagens. A primeira delas – a crítica ao conformismo – exacerbou durante anos a denúncia à transnacionalização da informação, a desqualificação do estrutural-funcionalismo e a análise exaustiva do modo de produção, além das relações sociais de produção e tudo o que isso encerra, afinal. A segunda – Teoria do Discurso – seguiu o “caminho de ferro” iniciado por Althusser e seguido por Foucault, passando por Baudrillard e Pêcheux, entre outros. Em nome da Semiótica – terceira abordagem – produziram-se as maiores acrobacias com o emprego de palavras mágicas como denotação e conotação, entre outras, gerando descomunal confusão de escolas e autores. Castillo ponderava na época que suas críticas não implicavam na rejeição a essas abordagens, e sim na forma como foram incorporadas, uma vez que elas não realizavam as mediações necessárias entre as propostas dos autores, do ensino e da investigação.

Sintetizando, a década de 70 representou o início da revisão crítica dos princípios e modelos clássicos da comunicação, marcando a transição para outro paradigma comunicacional que se propôs a renovar radicalmente as problemáticas de estudo. A partir daí, emergiram correntes teóricas que integravam em seus esquemas explicativos dimensões qualificadas como “extracomunicacionais”, extravasando os sentidos para além da mera relação emissor/receptor, entre as quais Breton e Proulx (1997) destacam: a simbólica (Estudos Culturais e Semiologia), a sociopolítica e economia política (abordagens marxistas ortodoxas e renovadas), a tecnológica e a recepção e mediação cultural. Embora tais perspectivas de estudo tenham enriquecido o pensamento comunicacional, elas não deram conta de explicar a processualidade das mudanças de processos e práticas comunicativas contemporâneos, ficando difícil camuflar seus limites e fragilidades conceituais e metodológicas.

Ademais, a despeito dos esforços dos segmentos acadêmicos em atualizar as correntes teóricas e romper com as perspectivas lineares e mecanicistas de comunicação, a década de 70 caracterizou-se por grandes distorções na formação teórica em Comunicação Social, agravadas, sobretudo, pela imposição de currículos mínimos e pela fragmentação e dicotomia entre teoria/prática e formação teórico-profissional.

Novos horizontes de análise da comunicação na contemporaneidade

Os anos 80 foram permeados pelo aprofundamento da revisão crítica e atualização das teorias clássicas da comunicação, como também pela emergência de novas problemáticas e correntes de estudo. Enquanto a renovação do paradigma funcionalista se expressou por meio da formulação de hipóteses e teorias setoriais centradas nos aspectos da produção e circulação da comunicação

e em efeitos de longo prazo (Agenda Setting e Newsmaking etc.)², o da sociologia crítica da Escola de Frankfurt deu-se pela teoria da ação comunicativa, entre outros enfoques que enriqueceram as teses dos mestres frankfurtianos.

Já a atualização dos estudos latino-americanos ocorreu, sobretudo, pelo deslocamento do enfoque centrado nos meios de comunicação para as mediações culturais, ancorando-se nas questões do receptor e inserindo-as nas particularidades de cada país da América Latina. Inspiradas na abordagem gramsciana, outras temáticas e problemáticas de investigação foram contempladas nesses estudos, como as novas tecnologias da comunicação, a transnacionalização cultural, a cultura e a comunicação popular, a recepção e a mediação de programas televisivos e de outros gêneros de mensagens dos veículos massivos, a leitura crítica da comunicação, o lazer e a cotidianidade, os usos populares dos meios, as culturas urbanas etc. Mesmo que a apropriação desses conceitos e categorias tenha se dado de forma parcial e reducionista, devido principalmente à análise bipolar da relação entre as classes hegemônicas e subalternas, esta abordagem foi imprescindível para a reconfiguração dos estudos sobre a comunicação popular de massa na América Latina.

Tanto é assim que no âmbito do ensino e da pesquisa em comunicação encontramos atualmente diversos estudos que se valem desse instrumental para analisar a interpenetração entre cultura/comunicação de massa e cultura/comunicação popular, principalmente nos programas de pós-graduação, nos trabalhos de entidades de ensino e de investigação, assim como na capacitação de grupos vinculados aos movimentos sociais. No plano específico da graduação, esse referencial esteve presente na literatura e nos projetos experimentais e de extensão universitária desenvolvidos naquele período. (MATTOS, 1992).

Entre as expressivas contribuições dos estudos latino-americanos e brasileiros para a formulação e/ou apropriação de abordagens comunicativas mais dialéticas, destacamos a Teoria da Recepção, que desmontou a tese da passividade dos receptores. No caso brasileiro, é preciso ressaltar que a Intercom cumpriu papel decisivo na divulgação de correntes teóricas nos meios acadêmico e científico, voltadas a romper com as concepções romantizadas e/ou reducionistas de cultura/comunicação popular e de massa, tematizar as mediações que articulam os movimentos sociais e construir um espaço teórico capaz de ultrapassar as fronteiras das disciplinas.

Com este propósito, Barbero (1988) propõe a reforma do ensino de comunicação que enfatize não os meios de comunicação, mas as mediações e, ao mesmo tempo, reconheça a diversidade cultural e pluralidade de processos e práticas de comunicação. Para o autor, isso não significa reduzir a importância do estudo sobre os meios de comunicação, mas abrir-se à análise de mediações que ocorrem no processo comunicativo. Nessa direção, ele sugere a ruptura com a especificidade dos estudos de comunicação a partir das disciplinas ou dos meios, como, por exemplo, o ensino de TCs restrito a disciplinas próprias,

já que estas não deveriam ser concebidas como territórios separados. Ele considera que a organização de cursos de comunicação não deve se fechar nas habilitações e se pautar por planos de ensino que articulem os vários campos de conhecimento.

A proposta pedagógica de Barbero visa colocar em curso projetos que atendam as demandas de comunicação da sociedade e apontem outras perspectivas de acesso à diversidade e complexidade de experiências e práticas de comunicação, indo além de simples aproximações com as necessidades do mercado de trabalho. Para o autor, a superação de modelos de ensino centrados no estudo da onipotência dos meios e das mensagens ultrapassa o terreno teórico e requer mudanças nas concepções e práticas de comunicação, assim como do seu ensino, sobretudo aquelas que se limitam a reproduzir o que se faz nos meios convencionais ou a experimentação formal de práticas profissionais, de pesquisa e de extensão universitária.

A teoria das mediações proposta por Barbero será questionada nas décadas seguintes por autores que temem que a problemática da comunicação seja desprezada ou colocada em segundo plano. Entre eles, destaca-se Braga (2001) que entende que ao deslocar a investigação sobre os meios de comunicação para as mediações, corre-se o risco de diluir os estudos numa abordagem cultural excessivamente abrangente. Conseqüentemente, a ultrapassagem de fronteiras do território “meios de comunicação” pode resultar numa confusão generalizada entre as instâncias culturais e comunicacionais, agravada pelo cruzamento com outras dimensões extracomunicacionais.

A ausência da delimitação do objeto de estudo da comunicação, bem como de modelos mais apropriados à formação do comunicador social, dificulta o processo de apreensão e investigação do fenômeno comunicacional, que não pode ser analisado sem consistência teórica, metodológica, pedagógica e vigilante sobre a sua extensão e intensidade. O resultado é que, ao longo do percurso histórico dos paradigmas, das teorias e dos modelos comunicativos, não se chegou a criar até o final da década de 80 uma base de consenso sobre o quê e de que modo estudar a comunicação.

Nesse sentido, por ser a comunicação um campo de conhecimento de natureza inter, multi e transdisciplinar, seus acadêmicos, sobretudo os da área teórica, enfrentam dificuldades para lidar com a convergência dos saberes, realizando muitas vezes mais uma justaposição de disciplinas do que interfaces produtivas da comunicação com as outras áreas de conhecimento.

Com essa bagagem de desafios históricos entramos nos anos 90, que se caracterizam pela consolidação da tecnocultura comunicacional, como veremos a seguir.

Em busca da autonomia e da cientificidade do campo comunicacional no contexto das ciências sociais e humanas

A partir da década de 90 aprofunda-se a crise dos paradigmas, teorias e modelos incorporados ao ensino e à investigação, ao mesmo tempo em que se intensifica o desejo de rupturas com quaisquer sistemas de pensamento comunicacional mecanicistas e lineares. O período atual é fértil de novas proposições teóricas e metodológicas que colocam em cheque os esquemas explicativos construídos até então, substituindo-os por perspectivas que visam desde transformar a instrumentalidade e a operacionalidade tecnológicas em objetos científicos até conceber a comunicação como rede de circularidade infinita onde não se consegue mais distinguir quem é quem no processo comunicacional.

Outras correntes teóricas contribuem para realçar a força da linguagem como mecanismo simbólico de expressão e constituição do social, em vez de apenas terem função representativa. Esse novo ambiente leva os estudiosos a buscarem referenciais analíticos para compreender o cenário do final do século XX, marcado pela acelerada proliferação de tecnologias informativo-comunicativas que afetam todas as esferas da vida social e individual.

Ainda naquela década proliferam perspectivas “pós-modernas” da comunicação e da cultura com diferentes matizes, desde os teóricos “futuroológicos”, os celebratórios ou, ao contrário, os catastróficos. Apostando no surgimento de novos modos de escrita comandados pela plasticidade digital, as idéias dos primeiros servem como suporte da derradeira utopia da comunicação, a democracia em tempo real. Os neo-apocalípticos, por sua vez, decretam a morte do sujeito, do signo, da história e da própria comunicação humana. A despeito da diversidade e riqueza dessas perspectivas, sua disseminação nas instâncias acadêmica e científica da comunicação tem propiciado a desqualificação da teoria social como instância de reflexão crítica dos fenômenos sociocomunicativos.

No Brasil, por exemplo, com o fim da ditadura militar, essa tendência se traduziu na desmontagem da vocação política dos estudos críticos da comunicação. No entanto, faz-se necessário questionar as conseqüências das mudanças tecnológicas, sem ceder aos impulsos de explicações apressadas a respeito daquilo que se anuncia, como por exemplo, a idéia de que a partir de agora passaremos a viver numa “sociedade da informação e da comunicação” ou numa “sociedade em rede”. Essas constatações simplificadas não podem nos desviar da atividade de análise e observação dos novos fenômenos comunicativos em toda a sua complexidade e multidimensionalidade.

Perspectivas parciais e reducionistas sobre a sociedade de consumo e das tecnologias da imagem proliferam nas escolas de comunicação e contaminam interpretações do cenário contemporâneo. Por exemplo, ao demonstrar a falácia da argumentação a respeito da supremacia do emissor sobre o receptor e fazer restrições aos estudos que analisam a comunicação a partir da instância da produção, alguns estudos acabaram por privilegiar o pólo da recepção e

deixaram de realizar as devidas articulações entre um pólo e outro. Daí a proliferação na década de 90 de estudos sobre a vida privada, o consumismo, a cidadania via consumo e espaço virtual, o narcisismo, o espectador ativo da TV, as biografias e as trajetórias de vida. Tais estudos privilegiaram sobretudo os micro-fenômenos sócio-comunicativos e os aspectos simbólicos da interação social, em detrimento dos macro fenômenos, cujas estruturas econômicas, políticas e ideológicas são condicionantes fundamentais dos primeiros.

Longe de traduzir situação específica dos estudos brasileiros e latino-americanos de comunicação, o deslocamento dos enfoques econômico e político para o cultural e simbólico faz parte de um contexto amplo de mudança na produção sociológica mundial dos anos 90. Sousa Santos (1996) avalia que este deslocamento manifestou-se, paradoxalmente, num contexto de dramática intensificação das práticas transnacionais econômicas, culturais e políticas e, sobretudo, num momento em que os problemas hegemônicos das agendas políticas de diferentes países do planeta são de natureza econômica. Nessa ótica, estudiosos como Armand e Michèlle Mattelart (1999) alertam que a tensão entre micro e macro não perpassa apenas as sociologias interpretativas, mas é experimentada também pela economia crítica da comunicação e pelos criadores das novas empresas globais ou transnacionais, resultando na sobrevalorização da matriz empresarial da comunicação e da figura do “intelectual orgânico” do pensamento empresarial.

A expansão da matriz empresarial da comunicação contaminou também as escolas de comunicação, manifestando-se, inicialmente, como reação à desvalorização da experiência empírica assumida por importantes escolas de comunicação do País, durante as décadas de 70 e 80. Isso estimulou o aparecimento de movimentos acadêmicos contrários ao conhecimento teórico e reflexivo, norteados pela suposta inutilidade da formação teórica para o exercício cotidiano da profissão. Tais movimentos são emblemáticos do deslocamento da formação abrangente do comunicador social para a ênfase na especialização focada nas habilitações da área, desaguando numa moderna pedagogia que credita ao conhecimento empírico a finalidade essencial do ensino de comunicação.

Neste contexto, o campo acadêmico amplia sua susceptibilidade para adotar correntes da moda, refletindo na formulação de projetos pedagógicos refêns das últimas novidades do mercado. Além disso, constata-se a adoção de posturas acadêmicas reducionistas e acríticas, que se expressam em discursos celebratórios sobre as práticas comunicativas alavancadas pelos modernos sistemas midiáticos e tecnológicos, atribuindo-lhes, freqüentemente, a determinação exclusiva de direcionar a sociedade, o ensino universitário, o pensamento comunicacional. Tais modismos são incorporados aos conteúdos programáticos de inúmeras disciplinas dos cursos de comunicação, inclusive nas Teorias da Comunicação, com pretensão de conferir “cientificidade” aos fenômenos empíricos. Isto resulta na não-sistematização dos conhecimentos acumulados na área, além de se cometer o equívoco de criar novos conhecimentos soterrando

os “velhos”. Isto tem graves conseqüências para os campos acadêmico e epistemológico de comunicação, pois gera o fenômeno da mimetização das teorias que acaba por confundir o objeto de conhecimento com o fenômeno empírico e o objeto de aprendizado acadêmico com o objeto da prática profissional.

Poucas vozes anunciam as possibilidades de construção de uma teoria crítica da comunicação denunciando o recalque da crítica no ensino e na pesquisa em comunicação, a exemplo de Prado (2000) ao observar que muitos intelectuais de comunicação assumiram um mood de alívio por privilegiar os enfoques apologéticos em relação ao mercado. Outras advogam que a própria sociedade deixou de se questionar, o que não significa que a sociedade contemporânea tenha suprimido o pensamento crítico como tal, mas sim que deu “hospitabilidade à crítica”, como acentua Bauman (2001), fato que ocasionou a acomodação do pensamento e ação críticos.

A implosão da Teoria da Comunicação é tema recorrente nos anos 90, face à emergência de uma tecnocultura mediada por novos dispositivos e linguagens digitais e midiáticos, a exemplo dos estudos sobre o ciberespaço, concebido como novo lugar constitutivo da sociabilidade e interação comunicativa. Nesse contexto, a crise dos paradigmas é discutida exaustivamente nos eventos científicos e na literatura de comunicação, despontando-se em inúmeras proposições, desde o descarte de tudo o que se produziu teoricamente, como sugeriu Marcondes Filho (1990) para se começar do zero, à construção de novos paradigmas, a exemplo de Ramos (1993) que propôs o paradigma da totalidade. Fundado na transdisciplinaridade e em novo método de apreensão e transformação do real, tal paradigma — aberto, dialético, crítico e radical — consiste em romper as fronteiras entre as chamadas ciências exatas, naturais, humanas e sociais, como também entre ciência e tradição e ciência e senso comum. Na avaliação deste autor, a comunicação seria o lócus ideal para colocar em prática esse paradigma, pois, mais do qualquer outro momento da história, ela é a chave para a construção de sociedades democráticas.

Já nos anos 2000, prolifera-se uma diversidade de correntes teóricas e metodológicas da comunicação com várias ramificações e múltiplos posicionamentos, o que contribui para complexificar e enriquecer o pensamento comunicacional. Embora perceba que a relativa riqueza e a multiplicidade de enfoques dê a impressão de excessiva dispersão, Miège (2000) considera que esta situação é preferível às décadas anteriores, quando os teóricos se fechavam em si mesmos e não dialogavam com outras correntes do pensamento comunicacional.

O terceiro milênio é interpelado por uma “avalanche” de incertezas teóricas que se traduzem na intensificação dos debates sobre a crise dos paradigmas e possibilidades de construção de novos. Surgem várias iniciativas destinadas a organizar, sistematizar e legitimar o campo epistemológico e teórico da comunicação. No entanto, a preocupação obsessiva da delimitação/classificação do objeto de conhecimento da comunicação é questionada por alguns teóricos,

como Felinto (2001), que propõe o deslocamento do objeto específico para a constituição de questões e abordagens comunicacionais de múltiplos objetos. Para o autor, a própria emergência da disciplina TC produziu um conceito de comunicação que não dá mais conta de seu objeto, face à velocidade das transformações tecnológicas e das múltiplas realidades sociocomunicacionais. Ele enfatiza que a própria vacuidade das abordagens teóricas favorece o surgimento de acusações cada vez mais esmagadoras às TCs, que pressionam às escolas de comunicação a reduzirem ao mínimo o espaço de aprendizado na área e a substituírem tais disciplinas por conteúdos técnicos e operacionais, ou seja, reduzi-las a meras ferramentas da ideologia utilitarista. No entanto, como elas são obrigatórias nos currículos, elas acabam sendo vistas como “mal necessário” no ensino de comunicação.

A diversidade de objetos de estudo dos teóricos da comunicação compromete a identidade do acadêmico da área de TCs tornando difícil definir o seu papel social e intelectual, sobretudo porque a vacuidade do seu domínio de conhecimento o torna indefinível. No entanto, alguns estudiosos, como Neiva Jr. (1991), ressaltam que não se resolve a ambigüidade, própria do campo teórico da comunicação, apagando o seu objeto e sim tornando-o digno de ser teorizado e ensinado. Nessa perspectiva, França (2001) aponta dilemas enfrentados pelos docentes das áreas teóricas nos cursos de comunicação e, em particular de TCs, decorrentes das acusações da “falta de nobreza” do assunto, como se elas tratassem de coisas antigas, há muito resolvidas e descartadas e que não têm nenhuma relevância no debate contemporâneo, uma vez que há outras questões mais estimulantes e glamourosas para se estudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos perder de vista que a formação teórica em Comunicação Social sempre encontrou dificuldades decorrentes de sua própria constituição como campo de conhecimento e de uma série de fatores, entre os quais destacam-se: a hegemonia da dimensão empírica e fenomenológica sobre a teórica e epistemológica; a natureza profissionalizante constitutiva dos cursos de comunicação que ocasionou a falta de articulação entre ensino e pesquisa, acrescida da fraqueza do estatuto teórico da comunicação como novo espaço de conhecimento. Devem ser citados ainda: a organização pedagógica do ensino de graduação sempre foi interpelada pela imposição de currículos mínimos que não apenas reforçavam a dicotomia entre teoria e prática, mas também favoreceram a criação de armadilhas que aprisionaram docentes e discentes, pesquisadores e teóricos da comunicação; a dificuldade de desenvolvimento de projetos pedagógicos que contemplem os diferentes níveis de aprendizado em Teorias da Comunicação e articulem as macro-teorias com os modelos explicativos de funcionamento dos campos especializados da comunicação.

Como salientado no artigo, todas as questões problematizadas acima

dizem respeito direta ou indiretamente à fragilidade dos estudos teóricos e epistemológicos da comunicação, historicamente encarados mais como apêndices da formação técnico-profissional do que como espaços legitimados de aprendizado dos estudantes de graduação, o que gera grandes dificuldades para consolidar e legitimar a identidade acadêmica dos alunos, professores e pesquisadores da área.

À luz do breve panorama histórico dos paradigmas, teorias e modelos constitutivos da formação teórica em Comunicação, este artigo conclui que tal formação não perdeu sua importância no contexto da universidade contemporânea, mas passou a ocupar lugar estratégico de produção de discurso refinado sobre as transformações socioculturais e comunicacionais atuais, resultando no deslocamento de sua função contemplativa e crítica para a instrumental, no sentido de preparar os futuros profissionais de comunicação, os “intelectuais orgânicos” das corporações nacionais e transnacionais. Nesta perspectiva, a discussão chama atenção para o fato de que, apesar do positivismo ter enriquecido seu aporte teórico e instrumental de análise da complexa dinâmica da comunicação nas sociedades contemporâneas, ainda preserva seu conservadorismo e incapacidade de incorporar perspectivas críticas sobre as assimetrias e contradições sociais, econômicas, políticas, culturais e comunicacionais, acentuadas no processo de globalização.

NOTAS

¹ Este artigo sintetiza a terceira parte da minha tese de doutorado, que promove reflexão sobre os paradigmas, teorias e modelos constitutivos da formação teórica em comunicação social, intitulada A Formação Teórica em Comunicação Social no Ensino de Graduação no Contexto da Universidade Operacional . (UFRJ, 2002).

² Colocamos o termo no plural devido ao desdobramento dos conteúdos relativos às teorias da comunicação em diversas disciplinas ministradas nos cursos de comunicação, além da existência de outras disciplinas que compõem a formação teórica comum: Teoria da Opinião Pública, Semiótica, Sociologia da Comunicação, Comunicação Comparada etc.

³ Destaca-se que essas hipóteses não se constituíram em teorias da comunicação, pois são consideradas abordagens setoriais que se aplicam notadamente ao campo específico do jornalismo. (Ver HOHLFELDT, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERO, Martín. Crisis en los estudios de comunicación y sentido de una reformacurricular. In: *Dia-Logos de la Comunicación*, n 19. Bogotá: FELAFACS, enero, 1988.

BARBERO, Martín. A pesquisa em comunicação na América Latina. São Paulo: Boletim da Intercom, 49/50, São Paulo, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BERGER, Christa. A pesquisa em Comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs.) *Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 241-277.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, A., PRADO, José L., PORTO, Dayrel (Orgs.) *Campo da comunicação – caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2001, p. 11-39.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. *A explosão da comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1997.

CASTILLO, Daniel Prieto. Sobre la teoria y em teoricismo en comunicación. México. s/d. (Mimeo).

FADUL, Anamaria. Dilmea do ensino de comunicação: o laço prático-teórico. In MARQUES DE MELO, J., FADUL, Anamaria (Coord.) *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979.

FELINTO, Erick. Isto não é um cachimbo nem um objeto da comunicação: notas sobre o estado atual da Teoria da Comunicação no Brasil e algumas convergências interessantes com os estudos literários. (Trabalho apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom e no X Encontro dos GTs de Ciências da Comunicação — GT 10 — Teoria da Comunicação. Manaus, Intercom/Campus Universitário do Amazonas (UA), 05 set. 2000).

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. Anais do 10º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Brasília: UNB/COMPÓS, jun. 2001 (CD-ROM), p. 553-567.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

IANNI, Otávio. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. Estudos Avançados, 21. São Paulo: IEA-USP, 1994.

LINS DA SILVA, José Eduardo. A política educacional brasileira e os currículos de Comunicação. In MARQUES DE MELO, José & FADUL, Anamaria (Org.) Ideologia e poder no ensino de Comunicação, São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna . Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.

LOPES, Maria Immacolata. Pesquisa em Comunicação. formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

LOPES M. I. V.; BRAGA , José L.; SAMAIN, Etienne (Orgs.). Proposta de atualização da categorização do campo da Comunicação. In FAUSTO

NETO, A.; PRADO, L.A.; PORTO, S. (orgs.). Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, p. 91-108.

MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação Ano Zero. São Paulo: ECA/USP,1990.

MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. História das teorias da comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MATTOS, Maria Ângela. O popular no ensino de comunicação : a trajetória do curso de Comunicação Social da PUC-MG. São Bernardo do Campo (SP), Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992 (Dissertação de Mestrado).

MIÈGE, Bernard. O pensamento comunicacional. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

NEIVA JÚNIOR, Eduardo. Comunicação, Teoria e Prática Social. São Paulo: Brasiliense,1991.

PRADO, José Luiz Aidar. Teoria da comunicação e discurso sobre a globalização: crítica ou marketing. In DOWBOR, Ladislaw; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar; SILVA, Hélio (Orgs.) Desafios da comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.93-111.

RAMOS, Murilo César. Educação, comunicação e cultura da informação na transição pós-moderna. In PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; FAUSTO NETO, Antônio (Orgs.) Comunicação e cultura contemporâneas. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

VATTIMO, Gianni. A sociedade transparente. Lisboa: Edições 70, 1989.